

ATA da 1ª Audiência Pública relativa à disponibilização de informações sobre o projeto de concessão de serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza no Parque Nacional de Jericoacoara (dia 25/04/2022).

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e dois, teve início audiência pública para apresentação do processo de concessão da estruturação da visitação do Parque Nacional de Jericoacoara, realizada na Câmara Municipal de Jijoca, no Município de Jijoca de Jericoacoara. A audiência teve a condução feita pelo Senhor Robson Eneas, técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES que inicialmente apresentou algumas autoridades presentes compondo a mesa, sendo os Senhores Luiz Gustavo Biagioni, Diretor de Criação e Manejo do Unidades de Conservação – DIMAN/ICMBio; Ronei Alcantara, Diretor do Ministério do Turismo; Leandro Ávila, assessor do Ministério da Economia – Programa de Parceria para Investimentos – PPI/ME, além dos vereadores Everardo Diogo, Jair Silva, Reginaldo Vasconcelos representantes do legislativo municipal, bem como colocou que o Vereador Fernando também estava convidado a compor a mesa. Informou ainda que compunha a mesa Senhora Kelly Cottens, Chefe do Parque Nacional de Jericoacoara e o Senhor Ary Leite, Procurador do Município de Jijoca. Luiz Gustavo Biagioni, abriu a audiência afirmando que a proposta de concessão não está fechada e será construída com os diversos atores e busca garantir a sustentabilidade e qualidade do turismo local. Ronei Alcantara declarou que a concessão busca melhorar o turismo local, garantir sua sustentabilidade com um olhar para os operadores, experiência do visitante e para o meio ambiente. Leandro Ávila aproveitou para lembrar que a audiência pública é um espaço de melhoramento da proposta de concessão. Ary Leite destacou que a proposta de concessão vem sendo discutida e que tem quatro pilares básicos que devem ser objeto de discussão sendo a sustentabilidade do turismo e do meio ambiente; apoio aos munícipes; apoio aos trabalhadores locais e discussão sobre sistema de transporte para trabalhadores. O Vereador Everardo Diogo agradeceu a presença da população na audiência e reforçou a importância da participação popular. O vereador Jair Silva colocou que o objetivo de acompanhar a audiência era conhecer melhor a proposta a ser apresentada com base nos anseios da população sobre as diferenças entre concessão e privatização. o vereador Reginaldo Vasconcelos cumprimentou os presentes e lembrou que todos são corresponsáveis pelo funcionamento do Parque Nacional de Jericoacoara. Kelly Cottens agradeceu a presença de todos e frisou que aqueles que não conseguissem se manifestar na audiência poderiam deixar suas contribuições, críticas e sugestões no site da consulta pública que está disponível na internet. Robson Eneas pactuou com o público que após a apresentação da proposta de concessão seriam abertos blocos de cinco participantes para perguntas e respostas. Em seguida, Robson Eneas iniciou a apresentação, projetando o conteúdo para o público e informando que o processo de concessão possui um fluxo no qual passa pelo crivo da população, do Instituto Chico Mendes e dos órgãos de controle até que seja publicado o edital de concessão e projetou os links de acesso à consulta pública na internet por meio de QR Code. Explicou que existe uma diferença jurídica e conceitual entre concessão e privatização, sendo a concessão a delegação de determinado serviço ou parte dele à iniciativa privada por tempo determinado mediante contrato e privatização é a transferência irrestrita de ativos a um ente privado. A proposta em discussão é a concessão da estruturação da visitação do Parque Nacional e não sua privatização e que concessão de serviços em parques já é uma realidade tanto na esfera federal, estadual e municipal. Dando continuidade Robson Eneas colocou que na concessão é feito um aporte de recursos pela concessionária como investimentos de estruturação da visitação estando previsto para o Parque Nacional de Jericoacoara inicialmente em torno de cento e dezenove milhões em

infraestruturas e um bilhão e duzentos milhões para implantação de serviços. Parte da estruturação contará com a construção de um centro de visitantes no Preá e outro em Jericoacoara, estacionamento coberto na Lagoa Grande e Preá, reforma dos pontos de controle do Mangue Seco e Lagoa Grande, construção de pontos de apoio à visitação na Árvore da Preguiça e Cavalinho, além de pontos de apoio móveis nas Dunas do Amâncio, Praia do Mangue Seco e áreas de esportes náuticos na Praia do Preá. Ainda estão previstos aportes de recursos para custear ações conservação ambiental no entorno e ações socioambientais. Informou que a principal fonte de receita da concessionária é a cobrança de ingresso e apresentou tabela com as propostas de valor teto dos ingressos. Esclareceu que os valores serão escalonados ao longo dos trinta anos de concessão e reforçou que os valores apresentados são um valor teto que não podem ser excedidos pela concessionária, mas poderia ser cobrado a menor e informou que está em discussão o valor de ingresso para moradores do entorno. Seguiu explicando que a licitação para a delegação do serviço concessionado se dará na modalidade maior outorga com fixação de valor mínimo inicial. Neste momento foi perguntado pelo público se a taxa de turismo sustentável atualmente cobrada na entrada da Vila de Jericoacoara continuará sendo cobrada ou se será unificada à cobrança do ingresso. Robson Eneas respondeu que a taxa em questão é da municipalidade e Ary Leite respondeu que a cobrança da taxa será mantida para custear as estruturas de estacionamento e apoio aos trabalhadores e prestadores de serviços de transportes e que a municipalidade está aberta à discussão sobre a possibilidade da unificação das taxas. Colocou ainda que foi uma exigência apresentada pelo Município de Jijoca que a sede da concessionária fique no Município e fez um registro de que o Prefeito de Jijoca, Senhor Lindeberg Martins, estava em Brasília em agenda com o presidente do ICMBio onde se discutia assuntos pertinentes a concessão, inclusive quanto a gratuidade da cobrança de ingressos de munícipes de Jijoca. Robson Eneas afirmou que após a celebração do contrato existe um esforço contínuo de fiscalização do mesmo para garantir seu cumprimento e que a fiscalização será feita por meio do acompanhamento de indicadores de desempenho da concessionária, o que na prática funciona como mecanismo de gestão de contrato prevendo penalidades em situações de má qualidade e até a rescisão contratual, sendo que o monitoramento dos indicadores contará com apoio especializado, subsidiando o Instituto Chico Mendes na fiscalização do contrato. Após a apresentação do projeto de concessão a audiência foi aberta ao público para manifestação, mediante inscrição. A primeira inscrita Senhora Lucimar Marques, representante do conselho comunitário de Jericoacoara, que afirmou estar apreensiva com a possível concessão, que as inscrições para a audiência pelo site não funcionaram a contento, que a retirada de animais como os jegues fere a cultura local, que existe um descaso para com os trabalhadores, que o ICMBio não tem serviço prestado no Parque e que a concessão é um projeto com fim financeiro e que não funcionará. Após a fala foi lembrado que a consulta pública está disponível na internet desde seis de abril de dois mil e vinte e dois para manifestação. O segundo inscrito, Senhor Júlio Cesar, morador local questionou se estão sendo considerados realocação dos guias de turismo, gratuidade do ingresso para parentes e visitantes locais, construção de acesso ligando Jericoacoara à Mangue Seco, apoio aos pequenos empresários nos meses iniciais da concessão, construção de helipontos, infraestrutura de transporte como rodoviária, apoio a projetos de educação ambiental e políticas de crédito de carbono. O terceiro inscrito, Senhor Micael Silva, morador local colocou que existe um momento de incerteza da população local e questionou quais as garantias de que o contrato não terá mudanças ao longo dos trinta anos. O quarto inscrito Senhor Marcellus Melo questionou quais os impactos da concessão para o entorno do parque e se as propriedades privadas localizadas no interior da unidade serão indenizadas. O quinto inscrito, Senhor Francisco Bastos questionou se nas estruturas fixas terão veículos de emergência e resgate, apoio aos moradores e trabalhadores e

se haverá apoio na qualificação profissional dos moradores do entorno. A sexta inscrita Senhora Sandra Maria, representante do empresariado e da associação reciclar questionou o que tem sido feito pela APA da lagoa de Jijoca que foi criada, mas não tem fiscalização eficaz, o que a concessão tem de projeto para conservação do Parque e do entorno, como ficará a situação dos animais do parque e empregos locais e se a comissão de fiscalização do contrato poderá ser composta por moradores. Em resposta ao bloco de perguntas, Kelly Cottens colocou que nenhum serviço já autorizado pela gestão do Parque será objeto da concessão, que a indenização das áreas particulares sobrepostas a Unidade de Conservação estão sendo tratadas em processos individuais de regularização fundiária independente da concessão, que veículos de moradores da vila de Jericoacoara terão acesso livre, mediante cadastro, que sobre a gestão da APA da lagoa de Jijoca não poderia responder por se tratar de unidade de conservação estadual, que a concessionária fará aporte de recursos para execução de projetos no entorno, que o manejo de animais exóticos não é objeto da concessão pois já existe política interna do Instituto Chico Mendes para a questão e que o Conselho Consultivo do Parque Nacional de Jericoacoara é a instância participativa na fiscalização do contrato. Senhor Ronei Alcantara declarou que o governo federal tem ampliado recursos para projetos de capacitação e fomento ao turismo por meio do Ministério do Turismo, como disponibilidade de cursos de inglês e outros; que construção de rodovias não é objeto da concessão e deve ser tratada pela municipalidade, porém o Ministério do Turismo tem apoiado tecnicamente os municípios. Senhor Luiz Gustavo Biagioni afirmou que a recuperação de áreas degradadas e manutenção do entorno estão contempladas no processo de concessão por meio dos macrotemas. Robson explicou que a concessionária financiará ações de capacitação e qualificação no entorno mediante apresentação e aprovação de projetos e que o contrato não poderá obrigar a concessionária a contratar exclusivamente mão de obra local, mas pode ser colocada uma diretriz sugestiva a essa contratação; que é obrigação da concessionária prover veículos de emergência para atender aos visitantes dos atrativos do Parque. Continuando, a sétima inscrita, senhora Elizângela Lopes questionou se a gravação da audiência será mantida na rede, se a zona de amortecimento do Parque terá alguma regulamentação pela concessionária e se já existe empresa contratada para a concessão. A oitava inscrita, senhora Ângela Cristina se absteve de falar alegando que as dúvidas dela já haviam sido contempladas em outras falas. A nona inscrita Senhora Lílian Salvador declarou que a concessão é uma medida amarga, mas necessária para organização e proteção do local; questionou quais foram os nativos consultados durante os estudos; se os lucos serão compartilhados com os nativos e como garantir a sustentabilidade do local. O décimo inscrito Senhor Francisco Manoel Barbosa, mais conhecido como “Manelim”, afirmou que atualmente existe uma preocupação do Instituto Chico Mendes com a proteção de dunas que não contribuem para a biodiversidade, que a retirada de animais domésticos do Parque podem ocasionar a ocorrência de incêndios tendo em vista o aumento da vegetação seca em período seco, questionou se as atividades de pesca serão afetadas pela concessão e sugeriu a proibição de trânsito de veículos pela praia do mangue seco em pelo menos dois meses ao ano para garantir as desovas de tartaruga, se colocou à disposição para consulta durante os estudos e leu o artigo duzentos e vinte e cinco da constituição federal para o público presente. O décimo primeiro inscrito, Senhor Sergio de Oliveira, Serginho, questionou por que trinta anos de concessão e por que não se tratava como alternativa à concessão um consórcio composto pelo poder público e sociedade organizada como cooperativas e associações locais. Em resposta ao bloco de questões Robson Eneas declarou que o Instituto Chico Mendes é legalmente o fiscal do contrato de concessão e que o Conselho do Parque pode ser um mecanismo de participação pública nesta tarefa, que a zona de amortecimento do parque está sendo contemplada no processo com o aporte de recursos para fomentar projetos de recuperação de áreas e

capacitações; que a pesca não é objeto da concessão, portanto não será afetada; que o prazo de trinta anos é um prazo projetado para viabilizar economicamente a concessão. Kelly Cottens lembrou que a audiência ficará disponível para consulta na página do Instituto Chico Mendes no YouTube; que a zona de amortecimento do Parque foi prevista no plano de manejo da unidade e a concessão terá como objeto o interior do Parque; que o conselho consultivo do Parque é um instrumento de participação dos diversos setores na gestão da unidade de forma paritária e que terá importante papel no acompanhamento do contrato. Robson Eneas afirmou que não existe ainda empresa contratada pois o processo ainda está em fase de estudos e consultas; que o Instituto Chico Mendes não pode compor um consórcio para gerir o contrato de concessão, tendo em vista que já é o responsável pela implementação da unidade, porém não existe vedação às empresas, associações e cooperativas locais para participarem da licitação, incluindo consórcios e parcerias; que os excedentes de receitas vão para o caixa único da união, conforme regulamentação federal pela lei orçamentária federal. O décimo segundo inscrito Senhor Francisco Teixeira Brandão, questionou se existe uma resposta concreta sobre os processos de indenização de áreas particulares dentro do Parque, tendo em vista a proibição de uso de área sob sua propriedade localizada na localidade conhecida como Junco e que teve resposta do instituto de que a documentação apresentada não possui validade. Kelly respondeu que áreas que são transformadas em unidades de conservação de proteção integral não permitem uso direto dos recursos e as áreas particulares serão indenizadas quando o interessado comprovar a propriedade e que os processos de indenização possuem regramento próprio; que a resposta do instituto no processo provavelmente foi fundamentada e informou que via e-mail ou presencialmente, no escritório do Parque, é possível solicitar informações sobre o andamento dos processos. O décimo terceiro inscrito, senhor Valdeci Alves Neto, disse que os serviços de transporte e outros já existentes devem ser mantidos e sugeriu que a Câmara Municipal de Jijoca faça um projeto de Lei municipal garantindo a manutenção desses serviços. O décimo quarto inscrito, senhor João Ademar descreveu que existe uma degradação crescente do Parque que carece ser contida, questionou se o índice de risco de quarenta por cento da viabilidade da concessão não é um índice perigoso e qual é a opinião do Instituto Chico Mendes sobre a concessão tendo em vista a visão do Presidente da República sobre a gestão ambiental. O décimo quinto inscrito Senhor Virgílio Baia, representante do setor de transporte questionou por que a questão do transporte de trabalhadores e nativos não foi tratado com a categoria dos prestadores de serviços de transportes, já que as caminhonetes jardineiras já fazem esse serviço e que um transporte específico para esse público poderá prejudicar os transportes já autorizados por meio de concorrência. O décimo sexto inscrito Senhor Enos de Lima, questionou o critério de prévia inscrição na internet para participar presencialmente, se foi considerada a participação de moradores mais antigos que não tem acesso à tecnologia e quais as garantias que os trabalhadores que atuam serão mantidos. O décimo sétimo inscrito, Senhor José Osmar Fonteles, pesquisador, professor universitário e morador da região questionou de que forma a comunidade do entorno, a exemplo da Lagoa Grande, Mangue Seco, Chapadinha e outras, poderão ser beneficiadas pela concessão; se moradores do entorno pagarão para visitar os atrativos e se a taxa de ingresso é única ou uma taxa por atrativo. Em resposta às considerações da rodada, Kelly Cottens informou que já está pacificado que a concessionária não prestará os serviços já autorizados pela gestão do Parque, que os dados de visitação do Parque em dois mil e vinte e um contabilizaram mais de um milhão e meio de visitas e que os impactos negativos do turismo devem ser administrados. Neste momento O senhor Igor Pinho, Secretário de Desenvolvimento Econômico Regional de Jijoca questionou como o instituto chegou a número de visitação e Kelly Cottens respondeu que o cálculo se deu com a multiplicação do tempo médio de permanência nas hospedagens de Jericoacoara, 3,7 dias, pelos número de pagamentos da

taxa de turismo sustentável, dados fornecidos pelo setor empresarial e pela prefeitura de Jijoca e comentou que o número de visitas são uma estimativa e que a metodologia é recomendada para a realidade do PNJ. Robson Eneas lembrou que embora o projeto traga incertezas projetadas, o processo contém mecanismos que o Instituto Chico Mendes possa ter controles. Ronei Alcantara colocou que o transporte não é objeto da concessão e que as discussões entre Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de Jijoca foram no sentido de estudar alternativas para o serviço de transporte de trabalhadores e moradores. Doutor Ary Leite reforçou que as conversas sobre transporte de moradores e trabalhadores são uma discussão de longa data e objetiva melhorar o serviço. Robson Eneas informou que a cobrança de ingresso poderá ser discutida no sentido de poder ser dividida por atrativo e informou que a gratuidade para moradores de Jijoca, Cruz e Camocim foi aprovado pelo Instituto Chico Mendes, o que foi aplaudido pelos presentes. Continuando a audiência o Vereador Everardo Diogo afirmou que é necessário que o contrato exponha de forma clara que a concessionária não poderá operar qualquer serviço de transporte, exceto aquelas indispensáveis a operação da própria concessionária. O Vereador Jair Silva questionou como será lidada a cobrança de ingresso para parentes e amigos de munícipes e colocou a importância de a proposta ser discutida com a população. O Vereador Reginaldo Vasconcelos solicitou que na cláusula de vedação de operação de transportes pela concessionária seja incluída as categorias de vendedores ambulantes, crocheteiras e cavaleiros; que membros da Câmara Municipal de Jijoca sejam componentes da câmara técnica da concessão, que sejam dadas garantias de que não sejam criadas taxas ao longo dos trinta anos da concessão e que seja feita audiência pública também na Vila de Jericoacoara. Robson Eneas informou que não haverá cobrança de ingresso de parentes de moradores mesmo que não residam nos municípios sobrepostos à área do Parque. Kelly Cottens exemplificou outras categorias isentas como as visitas de estudantes para fins educacionais ou de pesquisa. Informou que a realização da Audiência na Câmara Municipal buscou garantir as condições necessárias para a transmissão da audiência via internet e informou que outra audiência estava marcada para o dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e dois no Preá, às nove horas da manhã, e convidou a todos que queiram participar novamente e pediu que divulgassem para os demais interessados. Em seguida o Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes, Luis Gustavo Biagioni, agradeceu a todos e reforçou que a consulta pública está aberta a contribuições até seis de maio de dois mil e vinte e dois no endereço eletrônico indicado no QR Code projetado, bem como todos os documentos estão disponíveis para consulta e contribuições, encerrando a audiência às treze horas e quarenta e quatro minutos. Eu Raimundo Nascimento, Agente Temporário Ambiental do Instituto Chico Mendes, sob supervisão da Chefia do parque nacional de Jericoacoara, lavro esta ata na qual estão anexadas as listas de presença.

Nome	Instituição	Telefone	E-mail
Taynan Brito Peixoto			
Taynan Brito Peixoto	ADVOCACIA OLIVEIRA BRITO	85 987491888	eyanabrito@hotmail.com
Angela Frisnie de Silva	Assoc. Povo Quebrado Unido	(11) 999844598	angela_sil@hotmail.com
Dandir AUM			
Jessica Brito	ECO SERI PARADISE	88 997853062	JESSICA SEAN@HOTMAIL.COM
Benedita maria Ferreira Pires	Avs. Amb. de Jericoacoara		
Cassimiro Teixeira Alves			
JOSÉ EDMAR BRAGA CARNEIRO JR.	PREFEITURA	85 988840953	gabinete@jijocadejpr.
Priscilla Moraes	Cooperjeri	(88) 998076454	
GELSON SS CAMARA		(88) 99974-8218	GELSON CAMARA@gmail.com
Edson de Sousa Freitas	Cooperjeri	(88) 998251918	edson_sousa46@mail.com
José Teófilo BRANDÃO	Autônomo	(88) 996123722	mandala.projeto@gmail.com

Nome	Instituição	Telefone	E-mail
David Sousa Carvalho	ALCONVID	(88) 999965426	
Leandro N. Silveira	COOP. JERI	(01) 977510129	
Milton A.S. Jun	turismo	(88) 99682-4875	
ISAQUE SILVA DA S. TEIXEIRA	COOP. JERI	(88) 99730-8125	
Eliete Giele Monteiro	Prefeitura de Jijoca	(88) 996073172	eliecar Monteiro@hotmail.com
Anielle Meira Gomes	Prefeitura	(88) 99956.6724	aniellameira@gmail.com
IGOR PINHO	PREFEITURA	85 97130 4745	prof igor pinho@outlook.com
Gláucia Costa	CEJ	88 999279998	
Rosa Ramos	AUTONOMA	(88) 999135912	Rosa
ANTONIO MARTINOLINI	AUTONOMA	(88) 999135912	Antonio
Fúvio Costa	SESPYRAN	(88) 996115571	Fúvio Costa



MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE  
 INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio  
 PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA  
 PRIMEIRA SESSÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA – CONCESSÃO DO PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA  
 Local: Câmara de Vereadores de Jijoca de Jericoacoara Horário: 09:00 hs  
 LISTA DE PRESENÇA



Nome	Instituição	Telefone	E-mail
Venando Tison de Souza	Vereador	(88) 997354362	
Douglas André Almeida	SEMA	88997693914	
Maria Angelica de Araújo	ACCUCR	99342731	disangelb.renca1@gmail.com
Júlio César Sal	JENIQUOMANCUIDA	8899776463	JulioCezarBorges@hotmail.com
Osmar Fonteles	Professor / Pesquisador	88999611613	osmarfonteles@yahoo.com.br
Raimundo NUNTO RODY	CAVALO UNIRIN		
SANDRA MARIA DE SOUZA	ASSELI	88999157000	<del>ASSELI</del>
" " "	ACCUCR	88999157000	<del>ASSELI</del>
" " "	Associação Profetai	88999157000	<del>ASSELI</del>
ELENILDO V. SILVA	CONSELHO COMUNITARIO	(88) 99905-7559	
Oswaldo Leal	CONSELHO EMPRESARIAL	88998092796	



000 802 53 433

Rua Bertoldo Alves de Lima (Rua da Igreja) – Vila de Jericoacoara, CEP: 62.598-000

E-mail: parnajericoacoara.ce@icmbio.gov.br Telefone: (061) 2028 9833

Nome	Instituição	Telefone	E-mail
José Nelson Teixeira	COOPJeri 4X4	85 999064724	coopjeri@hotmail.com
Márcio P. Jardim	AQQCQ.	88 999643409	MJardim
MAXWELLUS MENEZES		85 999647442	MAXWELLUSMENEZES@GMAIL.COM
Romário Teixeira Oliveira		85 99812-6064	ROMARIO120@GMAIL.COM
DANIEL STI TIAGO MACEDO		(85) 94952 0931	
Francivaldo Araújo da Silva	Leo P B S.	80 99975 1986	laloaraujo@gmail.com
FRANCISCO MANOEL BARBOSA	Z 30	88 936127007	
Francisco Edinaldo de Vasconcelos		88 99870-9818	edinaldojori@gmail.com
Jurelino Vasconcelos Neto	Setmar Jijoca	88 997126594	jurelinojornal@gmail.com
FRAZENDO LANDIM DE CARVALHO	ADETEMI	(85) 99900 1853	FRAZENDOLANDIM@GMAIL.COM frazendo-bellu@hotmail.com
FRANCISCO JOSÉ DA COSTA	empresario	(85) 998228598	
ANDRÉ LUÍS DE MATOS FESDAM	SETMAR JIJOCA	(88)	

Nome	Instituição	Telefone	E-mail
F <sup>co</sup> Reginaldo de V.	Vereador	(88) 988541151	reginaldojijoca@icmbio.gov.br
Vanuís Paula Souza	SETMIA	(88) 998576332	vanurisouza@hotmail.com
Francisco Teixeira Brasil	participante	88-996071410	
Valdeci Alves Neto	participante	88981546692	valdeciturismo@13@gmail.com
SANZIO TEIXEIRA DE PAULA	PARTICIPANTS	(85) 9.8849.4100	sanzio@stpadv.com.br
Wenique Obmota	PARTICIPANTE	(78) 918805780	
JOSÉ OLIVEIRA DOS SANTOS FILHO	PARTICIPANTE	(85) 98817.1880	oliveiraad@HOTMAIL.COM
MICHAEL SCHUMACHER SILVA	EMPREENDEDOR	(88) 999997702	MICHAEL SCHUMACHER SILVA
IRGALIO DAIA DE MELLO	COOPERSEMI	(88) 996869808	coopersemi2@6mail.com
FRANCO VANDERLEY A. SOUZA	COOPERSEMI	88 997131261	vanderquara@yol.com
FRANUSO EVARDES GOMES	CÂMARA VEREADORES	(88) 936538582	
Gilbert Gilvane Brito	SECRETARI, TRÁNSITO	(88) 9998734995	

Nome	Instituição	Telefone	E-mail
Lilian Salvador	ACCUCO	13 99777 1911	lillianmarlen@hotmail.com
Sérgio Renato Lin de Alencar	—	88 99600 0264	sergiorenato@gmail.com
Elisângela R. Lopes	ACCUCO	48 996044338	elisangela.renato@gmail.com
Gilson C. Bastos	COOPBS		
Fernanda de J. de Silva Bastos	Associação Empresários Jijoca		
Leucinaume Mateus Alves			
João Raulick Costa Silva	Agência	85 999150319	Raulickjo@gmail.com
MANUELO LAMINHO	CEJ	85 999269492	manuelo.laminho@ufes.br
JORDÃO DE MATTOS FARIAS		85 999356913	JORDAOMATTO@GMAIL.COM
ESTEVAN. ST. MACHADO	Proprietário TERNAS	85. 987066181	ESTEVANSTM@HOTMAIL.COM
JOSÉ JAIR SILVA DE VASCO	Câmara Municipal	88-98130 2569	soujaizjair@gmail.com

Nome	Instituição	Telefone	E-mail
Janeira Maria de Araújo	Participante	(88) 996046378	janey@igmail.com
Bucimar Marques de V.M	conselho comunitario	(85) 99778-8857	bc
Deudita neto da silva	ADEJERS	(88) 996017824	Deuf
José Oliveira de Brito Neto		(85) 987021888	brutaneto5101@gmail.com
José de Jesus			
Jessika Albuquerque MS Kattait	ECOJERI PARADISE	(85) 996082469	JESSICKASEAN@HOTMAIL.COM
José Ademar Muniz Jr			
Jackson Abreu			
Celomar Araújo	Secr. Cultura e Comunicação	(88) 98194 7058	CULTURA@JIJOCADJERICOACOARA.CE.GOV.BR

